

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.051 - MG (2019/0167836-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : CARLOS HENRIQUE VENTURA BATISTA (PRESO)
ADVOGADOS : FERNANDO JOSÉ DOS PASSOS E OUTRO(S) - MG102690
MARCOS SINESIO GONCALVES PEREIRA - MG188865
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS HENRIQUE VENTURA BATISTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.036491-9/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 23 de maio de 2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, por entender que estavam presentes os requisitos para a manutenção da custódia cautelar. Referido acórdão recebeu o seguinte sumário:

"HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP- CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVANTE IN CASU - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE - NÃO VIOLADO - PRINCÍPIO DA ULTIMA RATIO - NÃO VIOLADO SUBSTITUIÇÃO DA PREVENTIVA POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR - IMPOSSIBILIDADE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.

1. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.

2. Supostas condições favoráveis, ainda que comprovadas, não impedem a prisão cautelar quando sua necessidade restar evidenciada por outros elementos. Precedentes do STF e STJ.

3. Análise de regime inicial de cumprimento de pena é impossível em sede de habeas corpus, devendo-se aguardar fase de prolação de sentença. Não violação do princípio da proporcionalidade.

4. *Princípio da ultima ratio não violado, vez que a prisão preventiva do paciente se deu diante da necessidade de seu acautelamento e de maneira suficientemente justificada.*

5. *Ordem denegada.*" (fl. 81)

No presente recurso, alega a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da prisão preventiva não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator